



# Prefeitura Municipal de Tabira - 2021

Rua Albertina Xavier Pires, 239 - Centro  
Tabira/PE - CEP: 56780-000  
CNPJ Nº: 10.349.041/0001-41 Telefone: (87) 38471156

## Balço Financeiro

Anexo 13, Lei nº4.320/64  
2021 - Consolidado

Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (Nota 1)	76.026.038,23	65.625.159,30	Despesa Orçamentária (Nota 5)	77.526.087,95	65.786.419,73
Ordinária	42.722.313,30	65.625.159,30	Ordinária	25.793.182,65	65.320.332,23
Recursos Ordinários	42.722.313,30	65.625.159,30	Recursos Ordinários	25.793.182,65	65.320.332,23
Recursos Vincunlados à Educação	18.763.176,57	0,00	Recursos Vincunlados à Educação	28.614.461,57	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-7.155.628,94	0,00	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	2.568.498,03	0,00
Outras Transferências de Recursos do FNDE	1.209.989,06	0,00	Outras Transferências de Recursos do FNDE	1.385.438,48	0,00
Transferências do FUNDEB - Impostos 70%	11.351.344,88	0,00	Transferências do FUNDEB - Impostos 70%	16.992.193,62	0,00
Transferências do FUNDEB - Impostos 30%	13.357.471,57	0,00	Transferências do FUNDEB - Impostos 30%	7.668.331,44	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	12.475.602,10	0,00	Recursos Vinculados à Saúde	21.735.958,47	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	187.703,61	0,00	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	8.019.327,04	0,00
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do	12.287.898,49	0,00	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do	13.716.631,43	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	673.727,90	0,00	Recursos Vinculados à Assistência Social	1.083.424,34	0,00
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	673.727,90	0,00	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.083.424,34	0,00
Outras Destinações de Recursos	1.391.218,36	0,00	Outras Destinações de Recursos	299.060,92	466.087,50
Outros Recursos Não Vinculados	0,00	0,00	Outros Recursos Não Vinculados	1.204,00	0,00
Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União	1.391.218,36	0,00	Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União	297.856,92	466.087,50
Transferências Financeiras Recebidas (Nota 2)	15.449.237,24	8.609.805,65	Transferências Financeiras Concedidas (Nota 6)	15.449.237,24	8.609.805,65
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	15.449.237,24	8.609.805,65	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	15.449.237,24	8.609.805,65
Prefeitura - Repasses Recebidos - Consolidação	0,00	12.000,00	Prefeitura - Repasses Concedidos a(o) Câmara	2.377.694,52	0,00
Prefeitura - Repasses Recebidos do(a) FMAS	28.436,02	0,00	Prefeitura - Repasses Concedidos a(o) FMAS	1.408.592,23	0,00
Prefeitura - Repasses Recebidos do(a) FME	83.726,22	0,00	Prefeitura - Repasses Concedidos a(o) FME	3.534.827,12	0,00
Prefeitura - Repasses Recebidos do(a) FMS	12.196,39	0,00	Prefeitura - Repasses Concedidos a(o) FMS	8.003.764,74	0,00
Câmara - Repasses Recebidos - Consolidação	0,00	2.393.304,21	Prefeitura - Repasses Concedidos - Consolidação	0,00	8.597.805,65
Câmara - Repasses Recebidos do(a) Prefeitura	2.377.694,52	0,00	Câmara - Repasses Concedidos - Consolidação	0,00	12.000,00
FMS - Repasses Recebidos - Consolidação	0,00	6.204.501,44	FMS - Repasses Concedidos a(o) Prefeitura	12.196,39	0,00
FMS - Repasses Recebidos do(a) Prefeitura	8.003.764,74	0,00	FMS - Repasses Concedidos - Consolidação	0,00	0,00
FMAS - Repasses Recebidos do(a) Prefeitura	1.408.592,23	0,00	FMAS - Repasses Concedidos a(o) Prefeitura	28.436,02	0,00
FME - Repasses Recebidos do(a) Prefeitura	3.534.827,12	0,00	FME - Repasses Concedidos a(o) Prefeitura	83.726,22	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00	Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS (quando	0,00	0,00	Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS (quando	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (Nota 3)	17.962.060,46	10.075.275,91	Pagamentos Extraorçamentários (Nota 7)	8.570.389,74	12.544.442,33

Assinado Digitalmente por: MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR - Controlador Público  
systemainformatica.com.br/siorconp

Documento Assinado Digitalmente por: MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR - Controlador Público  
systemainformatica.com.br/siorconp





# Prefeitura Municipal de Tabira - 2021

Rua Albertina Xavier Pires, 239 - Centro  
Tabira/PE - CEP: 56780-000  
CNPJ Nº: 10.349.041/0001-41 Telefone: (87) 38471156

## Balço Financeiro

Anexo 13, Lei nº4.320/64  
2021 - Consolidado

Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
Inscrito de Restos a Pagar Processados	7.851.439,67	947.447,66	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	743.919,78	3.655.325,41
Inscrito de Restos a Pagar Não-Processados	2.032.518,92	550.087,50	Pagamentos de Restos a Pagar Não-Processados	288.999,90	309.242,18
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.078.101,87	8.577.740,75	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.537.470,06	9.579.574,54
Prefeitura - INSS	642.163,40	0,00	Prefeitura - INSS	660.513,48	0,00
Prefeitura - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	39,00	0,00	Prefeitura - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	0,00
Prefeitura - PENSÃO ALIMENTÍCIA	11.821,44	0,00	Prefeitura - PENSÃO ALIMENTÍCIA	4.492,72	0,00
Prefeitura - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	655.544,99	0,00	Prefeitura - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	750.818,40	0,00
Prefeitura - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	91.781,42	0,00	Prefeitura - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	76.665,93	0,00
Prefeitura - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	5.742.759,69	Prefeitura - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	6.668.789,38
Câmara - INSS	559.804,42	0,00	Câmara - INSS	559.804,42	0,00
Câmara - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	2.164,51	0,00	Câmara - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	2.164,51	0,00
Câmara - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	598.195,10	Câmara - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	598.195,09
FMS - INSS	754.924,39	0,00	FMS - INSS	684.172,72	0,00
FMS - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	408.042,54	0,00	FMS - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	0,00
FMS - ISS	47.482,63	0,00	FMS - ISS	0,00	0,00
FMS - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	72.508,92	0,00	FMS - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	76.039,85	0,00
FMS - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	517.053,08	0,00	FMS - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	471.641,02	0,00
FMS - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	2.236.785,96	FMS - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	2.312.590,07
FMAS - INSS	89.375,54	0,00	FMAS - INSS	79.643,87	0,00
FMAS - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	3.002,52	0,00	FMAS - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	0,00
FMAS - ISS	1.143,51	0,00	FMAS - ISS	0,00	0,00
FMAS - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	19.616,82	0,00	FMAS - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	16.199,65	0,00
FMAS - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	15.773,88	0,00	FMAS - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	13.743,96	0,00
FME - INSS	1.333.611,16	0,00	FME - INSS	1.325.688,68	0,00
FME - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	1.094.218,65	0,00	FME - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	1.093.935,65	0,00
FME - ISS	9.459,31	0,00	FME - ISS	3.567,62	0,00
FME - PENSÃO ALIMENTÍCIA	13.693,26	0,00	FME - PENSÃO ALIMENTÍCIA	13.346,42	0,00
FME - ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA	62,58	0,00	FME - ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA	31,29	0,00
FME - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	110.671,26	0,00	FME - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	108.812,37	0,00
FME - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	1.624.142,64	0,00	FME - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	1.596.187,50	0,00
Outros Recebimentos Extra-Orçamentários	0,00	0,00	Outros Pagamentos Extra-Orçamentários	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (Nota 4)	2.724.672,69	6.354.799,34	Saldo para o Exercício Seguinte (Nota 8)	10.616.293,69	2.724.672,69





# Prefeitura Municipal de Tabira - 2021

Rua Albertina Xavier Pires, 239 - Centro  
Tabira/PE - CEP: 56780-000  
CNPJ Nº: 10.349.041/0001-41 Telefone: (87) 38471156

## Balço Financeiro

Anexo 13, Lei nº4.320/64  
2021 - Consolidado

Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.724.672,69	6.354.799,34	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.616.293,69	2.724.672,69
CAIXA	0,00	0,00	CAIXA	101.522,84	77.439,92
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	2.724.672,69	6.354.799,34	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	10.514.770,85	2.647.232,77
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00
<b>TOTAL GERAL:</b>	112.162.008,62	90.665.040,20	<b>TOTAL GERAL:</b>	112.162.008,62	90.665.040,20

**MARIA CLAUDENICE PEREIRA MELO CRISTOVÃO**  
PREFEITA  
CPF 370.416.144-68

**MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR**  
CONTADOR  
CRC 16643/O-1



# Prefeitura Municipal de Tabira

## Nota Explicativa Balanço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR, MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTOVÃO  
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: b8e6f329-4436-41e4-89bc-4b0ed15991c2

### a) Informações Gerais

#### a.1. Nome da entidade

Prefeitura Municipal de Tabira

CNPJ: 10.349.041/0001-41

#### a.2. Domicílio da entidade

Rua Albertina Xavier Pires, 239

Centro, Tabira – PE

CEP: 56780-000

#### a.3. Dados do gestor

MARIA CLAUDENICE PEREIRA MELO CRISTOVÃO

Cargo: PREFEITA

CPF: 370.416.144-68

#### a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR

CRC: 16643/O-1

#### a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

A Prefeitura Municipal de Tabira concebida quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2021 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1116/2020 (LOA 2021). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

#### a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 877/2018, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

#### a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Tabira:

Prefeitura Municipal de Tabira, Câmara Municipal de Tabira, Fundo Municipal de Saúde de Tabira, Fundo Municipal de Assistência Social de Tabira e Fundo Municipal de Educação de Tabira.

### b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

#### b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

# Prefeitura Municipal de Tabira

## Nota Explicativa Balanço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR, MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTOVAO  
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: b8e6f329-4436-41e4-89be-4b0e15991e2

### **b.2. Bases de mensuração utilizadas**

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. O orçamento para o exercício de 2021 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional e por natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 8ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

#### **b.2.1. O caixa e equivalente de caixa**

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

#### **b.2.2. Créditos a curto prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

#### **b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo**

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

#### **b.2.4. Estoques**

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

#### **b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários**

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2021, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2021, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

#### **b.2.6. Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

#### **b.2.7. Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer

# Prefeitura Municipal de Tabira

## Nota Explicativa Balço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR, MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTOVAO  
Acesse em: <https://stee.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: b8e6f329-4436-41e4-89be-4b0ed15991c2

perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

### **b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

### **b.2.9. Passivo circulante e não circulante**

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

### **b.2.10. Empréstimos e financiamentos**

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

### **b.2.11. Provisões**

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

### **b.2.12. Apuração do resultado**

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

### **b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas**

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balço Financeiro.

### **b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis**

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativa quanto ao Balço Financeiro.

## **c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas**



# Prefeitura Municipal de Tabira

## Nota Explicativa Balço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR, MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTOVAO  
Acesse em: <https://stece.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: b8e6f329-4436-41e4-89be-4b0e15991c2

### c.1. Notas com Referências Cruzadas

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários:

#### Nota 1: Receita Orçamentária

Os ingressos orçamentários do exercício de 2021 totalizaram R\$ 76.026.038,23. Houve um aumento de R\$ 10.400.878,93 em relação ao exercício de 2020 que foi de R\$ 65.625.159,30.

#### Nota 2: Transferências financeiras recebidas

O valor das transferências recebidas do exercício de 2021, foi composto por transferências financeiras recebidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 15.449.237,24. Houve um aumento de R\$ 6.839.431,59 em relação ao exercício de 2020 que foi de R\$ 8.609.805,65.

#### Nota 3: Recebimentos Extraorçamentários

Os recebimentos extra orçamentários totalizam R\$ 17.962.060,46, sendo R\$ 8.078.101,87 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 2.032.518,92 decorrentes de inscrito de restos a pagar não-processados, R\$ 7.851.439,67 decorrentes de inscrito de restos a pagar processados e R\$ 0,00 decorrentes de outros recebimentos extra-orçamentários.

#### Nota 4: Saldo do exercício anterior

O saldo disponível em 31/12/2020 foi de R\$ 2.724.672,69, sendo R\$ 2.724.672,69 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados.

#### Nota 5: Despesa orçamentaria

O despesa orçamentária empenhada do exercício de 2021 totalizaram R\$ 77.526.087,95. Houve um aumento de R\$ 11.739.668,22 em relação ao exercício de 2020 que foi de R\$ 65.786.419,73.

#### Nota 6: Transferências financeiras concedidas

O valor das transferências concedidas do exercício de 2021, foi composto por transferências financeiras concedidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 15.449.237,24. Houve um aumento de R\$ 6.839.431,59 em relação ao exercício de 2020 que foi de R\$ 8.609.805,65.

#### Nota 7: Desembolsos extra orçamentários

Os desembolsos extra orçamentários totalizam R\$ 8.570.389,74, sendo R\$ 7.537.470,06 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 0,00 decorrentes de outros pagamentos extra-orçamentários, R\$ 288.999,90 decorrentes de pagamentos de restos a pagar não-processados e R\$ 743.919,78 decorrentes de pagamentos de restos a pagar processados.

#### Nota 8: Saldo para o exercício seguinte

O saldo disponível em 31/12/2021 foi de R\$ 10.616.293,69, sendo R\$ 10.616.293,69 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados.

## d) Outras Informações Relevantes

### d.1. Resultado financeiro do período

O saldo final do exercício de 2021 totalizaram R\$ 112.162.008,62. Houve um aumento de R\$ 21.496.968,42 em relação ao exercício de 2020 que foi de R\$ 90.665.040,20.

O resultado apresentado foi obtido da seguinte forma:

+	Saldo do Exercício Anterior	2.724.672,69
+	Receita Orçamentária	76.026.038,23
+	Transferências Financeiras Recebidas	15.449.237,24
+	Recebimentos Extra Orçamentários	17.962.060,46
-	Despesas Orçamentárias	77.526.087,95
-	Transferências Financeiras Concedidas	15.449.237,24
-	Pagamentos Extra Orçamentários	8.570.389,74
=	Saldo para o Exercício Seguinte	10.616.293,69

# Prefeitura Municipal de Tabira

## Nota Explicativa Balanço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR, MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTOVAO  
Acesse em: <https://stc.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: b8e6f329-4436-41e4-89be-4b0ed15991e2

### d.2. Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções exclusivamente na fonte de recursos ordinários.

### d.3. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não se aplica a este demonstrativo.

### d.4. Divulgações não financeiras

Não se aplica a este demonstrativo.

### d.5. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

### d.6. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

## e) Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:

### TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (TFR):

Para Execução Orçamentária R\$ 15.449.237,24  
Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00  
Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

### TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (TFC):

Para Execução Orçamentária R\$ 15.449.237,24  
Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00  
Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

## f) Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:

### RECURSO ORDINÁRIOS:

1.7.1.8.01.2.1.99 - (-) Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mens FUNDEB (R\$ 5.489.742,18).  
1.7.1.8.01.5.1.99 - (-) Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Pr FUNDEB (R\$ 364,77). 1.7.2.8.01.1.1.99 - (-) Cota-Parte do ICMS - Principal FUNDEB (R\$ 1.335.777,74). 1.7.2.8.01.2.1.99 - (-) Cota-Parte do IPVA - Principal FUNDEB (R\$ 327.952,94). 1.7.2.8.01.3.1.99 - (-) Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal FUNDEB (R\$ 5.008,99). Totalizando R\$ 7.158.846,62

### RECURSOS VINCULADOS:

Não ocorreram deduções da Receita orçamentária em Recursos Vinculados

## g) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

## h) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

## i) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balanço Financeiro



# Prefeitura Municipal de Tabira

## Nota Explicativa Balanço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR, MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTOVÃO  
Acesse em: [https://stc.e-ice.gov.br/epp/validaDoc.seam?codigo\\_documento=06601329-7430-4174-99-b6-4f00ed15991c27](https://stc.e-ice.gov.br/epp/validaDoc.seam?codigo_documento=06601329-7430-4174-99-b6-4f00ed15991c27)

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

### j) Adequação ao PIPCP:

As informações apresentadas neste Balanço, com base nos seus elementos constituintes e peculiares, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano De Implantação Dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.

#### RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2021.

#### DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
<b>Ação</b>	<b>Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário(a) de Finanças/Fazenda	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
<b>Ação</b>	<b>1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	01/01/2021	Concluído
<b>Ação</b>	<b>2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	01/01/2021	Concluído
<b>Ação</b>	<b>3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>	<b>4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>	<b>5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	01/01/2020	Concluído

# Prefeitura Municipal de Tabira

## Nota Explicativa Balanço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR, MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTOVÃO  
Acesso em: https://clicq.pec.gov.br/ep/validaDoc.seam?codigo\_documento: 086615204434741e489b6440e41399112

<b>Ação</b>	<b>7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	01/01/2021	Concluído

<b>Ação</b>	<b>8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	01/01/2023	Em andamento

<b>Ação</b>	<b>9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	01/01/2023	Em andamento

<b>Ação</b>	<b>10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	01/01/2020	Concluído

<b>Ação</b>	<b>11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	01/01/2018	Concluído

<b>Ação</b>	<b>12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	Imediato	Concluído

<b>Ação</b>	<b>13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	01/01/2016	Concluído

<b>Ação</b>	<b>14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	A ser definidoem ato normativo específico	A ser definidoem ato normativo específico

<b>Ação</b>	<b>15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	01/01/2022	Concluído

<b>Ação</b>	<b>16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.</b>			
-------------	---	--	--	--

# Prefeitura Municipal de Tabira

## Nota Explicativa Balanço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR, MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTOVÃO  
Acesso em: https://www.tce.ce.gov.br/pepp/validarDoc.aspx?id\_documento=6967220-450-4153-8905-480001599102

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	A ser definido em ato normativo específico	A ser definidoem ato normativo específico

Ação 17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	01/01/2020	Concluído

Ação 18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	01/01/2022	Concluído

Ação 19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	A ser definidoem ato normativo específico	A ser definidoem ato normativo específico

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP				
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	Imediato	Concluído

Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	Imediato	Concluído

Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	Imediato	Concluído

Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	Imediato	Concluído

Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATÓRIOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	Imediato	Concluído

# Prefeitura Municipal de Tabira

## Nota Explicativa Balço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR, MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTOVAO  
Acesso em: https://tce.ce.pb.gov.br/epp/validaDoc.seam?Codigo\_documento=b8e6f329-4436-41e4-89bc-4b0ed15991c2

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSÓRCIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro contábeis conforme MCASP	Secretário (a)deFinanças/Fazenda	Imediato	Concluído

MARIA CLAUDENICE PEREIRA MELO CRISTOVÃO  
PREFEITA, CPF 370.416.144-68

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR  
CONTADOR, CRC 16643/O-1